

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado

Atena
Editora

Ano 2020



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado

Atena
Editora

Ano 2020



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História e as práticas de presentificação e representação do passado [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-075-9 DOI 10.22533/at.ed.759202805</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado” reuni 16 artigos entorno de um debate atualizado e propositivo sobre práticas e história. As pesquisas foram organizadas em 4 grupos conforme interesse da obra.

No primeiro grupo, temos três textos que discutem a presentificação e representação do passado do ponto de vista de território, trazendo um diálogo crítico e convidativo ao debate.

Para o segundo grupo, foram selecionados cinco artigos que dialogassem em torno da religião, trazendo ações históricas que permaneceram presentes nos tempos atuais. Polêmicas ou não, as pesquisas contribuem com a quebra de preconceitos e propõem novos olhares.

No terceiro conjunto, agrupei cinco pesquisas que apresentassem um debate relevante para o contexto histórico proposto por esta obra, que é a presentificação e representação do passado. As pesquisas permeiam o século XIX, XX e XXI.

Para o quarto grupo, são três artigos voltados para a discussão histórica por meio da educação. As pesquisas convidam ao olhar dialógico e levam o debate para além da leitura.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

I.

CAPÍTULO 1 1

A COMUNIDADE DE CERRO PELADO, FRONTEIRA E HISTÓRIA AGRÁRIA

[José Carlos Sampayo Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028051

CAPÍTULO 2 13

A GUERRA DE (RE)CONQUISTA SOBRE O CAMPO MEXICANO E A RESISTÊNCIA TERRITORIAL ZAPATISTA

[Rodrigo de Moraes Guerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028052

CAPÍTULO 3 22

ALDEADOS DE PIRATININGA – INDÍGENAS ADMINISTRADOS DE SÃO PAULO COLONIAL (SÉCULOS XVI - XVII)

[Antonio Martins Ramos](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028053

II.

CAPÍTULO 4 33

ANALOGIA DO SÁBADO

[Cleonaldo Pereira Cidade](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028054

CAPÍTULO 5 45

CONTRIBUIÇÕES DE KOSELLECK, RÜSEN E FREIRE PARA O PROFESSOR DE HISTÓRIA QUE ATUE NO ENSINO RELIGIOSO.

[Marcelo Noriega Pires](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028055

CAPÍTULO 6 57

O CAMPO RELIGIOSO “BRASILEIRO” NA OBRA MACHADIANA

[Valdeci Rezende Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028056

CAPÍTULO 7 70

ORIXÁ E NATUREZA: O CANDOMBLÉ NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

[Victor Hugo Basilio Nunes](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028057

CAPÍTULO 8 86

O ESPAÇO DE TERREIRO COMO ESPAÇO EDUCATIVO

[Patrícia da Silva Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028058

III.

CAPÍTULO 9 98

O “LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SRA. DO ROZARIO DOS PRETOS DA FREGUESIA DA CAXOEIRA” – RS, SÉC. XIX

[Henrique Melati Pacheco](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028059

CAPÍTULO 10 113

NETTO ENCONTRA SUA ALMA! UM CAUDILHO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA (C.1836-C.1866)

[Cesar Augusto Barcellos Guazzelli](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280510

CAPÍTULO 11 124

O PODER BÉLICO DAS PALAVRAS: O DISCURSO VENCEDOR DOS REPUBLICANOS LIBERAIS NA QUEDA DA MONARQUIA NO BRASIL (1870-1891)

[Daiane Lopes Elias](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280511

CAPÍTULO 12 136

PARA ALÉM DA INVENÇÃO: UMA CRÍTICA AO CONCEITO HOBBSBAWMIANO DE TRADIÇÃO

[Ivan Rodrigo Trevisan](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280512

CAPÍTULO 13 146

FUTEBOL DE BOTÃO / MESA – PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA PERCEPÇÃO DO BOTONISTA

[Ary Luiz de Oliveira Peter Filho](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280513

IV.

CAPÍTULO 14 165

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA: FÁBULAS POTIGUARA

[Juracy Dayse Delfino Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280514

CAPÍTULO 15 174

PROTAGONISMO POLÍTICO JUVENIL E NARRATIVAS DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA PELA *BURDENING HISTORY*

[Jéssica Christina de Moura](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280515

CAPÍTULO 16 189

PERCEPÇÃO SOCIOCULTURAL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA ANÁLISE DO VESTUÁRIO DE ÉPOCA

[Lilian Patricia Soares Filocreão](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280516

SOBRE O ORGANIZADOR..... 201

ÍNDICE REMISSIVO 202

O “LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SRA. DO ROZARIO DOS PRETOS DA FREGUESIA DA CAXOEIRA” – RS, SÉC. XIX

Data de aceite: 12/05/2020

Data de submissão: 04/02/2020

Henrique Melati Pacheco

Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

São Leopoldo – RS

CV: <http://lattes.cnpq.br/9780960739764999>

RESUMO: A proposta deste capítulo é apresentar o documento “Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos da Freguesia da Caxoeira” (1812/1846); documento de 89 páginas manuscritas (frente e verso), integrante do “Acervo das Irmandades”, custodiado pelo Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul – RS. A escolha por esta proposta se deve a minha experiência como bolsista de iniciação científica vinculado ao projeto de pesquisa “Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)”, onde atuei realizando a transcrição paleográfica integral e análises quantitativas e qualitativas nesta documentação. A reflexão realizada no texto se insere na historiografia sociocultural

da escravidão no Brasil; dialogando com a temática das “Irmandades Negras”, argumento que poucos estudos verticalizaram análises sob os livros dessas associações, “tornando história” apenas algumas informações (provas ou fatos documentais) presentes neste tipo de documentação. Utilizei, como suporte teórico-metodológico deste texto, os jogos de escalas. Assim, aplicando técnicas de análise quantitativa e qualitativa foi possível reconstituir partes da história administrativa desta associação negra, criando hipóteses para compreensão de seu gerenciamento, seus mecanismos de exclusão e pertencimento, seus usos étnico-raciais e de gênero específicos; além de apresentar fragmentos de trajetórias individuais e familiares, de homens e mulheres negras que protagonizaram a criação e o gerenciamento desta Irmandade. A conclusão do texto aponta para relevância do *Livro de entrada* como fonte histórica, afinal, este documento é um vestígio histórico eloquente, que porta testemunhos da autêntica e humana participação de homens e mulheres negras no passado brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades Negras – Livro de Entrada – Jogos de Escalas.

THE “LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SRA. DO ROZARIO DOS PRETOS DA FREGUESIA DA CAXOEIRA” – RS, C. XIX

ABSTRACT: The aim of this chapter is to present the document “Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos da Freguesia da Caxoeira” (1812/1846); 89-page handwritten document (front and back), integrating the “Acervo das Irmandades”, held by the Historical Archive of Cachoeira do Sul - RS. The choice for this proposal is due to my experience as a scientific initiation fellow linked to the research project “Under the Blessings of Rosário and São Benedito: Political actions, identities, sociability and the arts of resistance (the black brotherhoods of São Leopoldo and Cachoeira - RS)”, where I worked performing the full paleographic transcription and quantitative and qualitative analyzes in this documentation. The reflection carried out in the text is part of the sociocultural historiography of slavery in Brazil; dialoguing with the theme of “Black Brotherhoods”, I argue that few studies have verticalized analyzes under the books of these associations, “making history” only some information (evidence or documentary facts) present in this type of documentation. I used the game of scales as theoretical and methodological support for this text. Thus, applying quantitative and qualitative analysis techniques, it was possible to reconstruct parts of the administrative history of this black association, creating hypotheses for understanding its management, its mechanisms of exclusion and belonging, its specific ethnic-racial and gender uses; in addition to presenting fragments of individual and family trajectories, of black men and women who led the creation and management of this Brotherhood. The conclusion of the text points to the relevance of the Entry Book as a historical source, because this document is an eloquent historical vestige, which bears testimonies of the authentic and human participation of black men and women in the Brazilian past.

KEYWORDS: Black Brotherhood – Entry Book – Game of Scale

1 | INTRODUÇÃO

Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso (ADICHE, 2009).

Histórias nas quais os fatos do passado podem ser incorporados e não negados. [...] Histórias nos dizem quem somos e onde estivemos e para onde pensamos que estamos indo. Elas nos emocionam, confortam, inspiram, consolam, motivam e nos excitam. Elas também nos tornam auto-reflexivos, nos conectam a outros seres humanos e a nós mesmos [...] (ROSENSTONE IN MUNSLOW, 2013, p. 137).

Esse texto encarrega-se de explicitar uma investigação empírica realizada no âmbito da história social e cultural da escravidão no Brasil e, fazendo isso, trata de objetivar a relevância histórica de uma fonte documental: o *Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Cachoeira*, preservada pelo Arquivo Histórico

de Cachoeira do Sul – RS (AHCS).¹ Porém, antes de tratar do documento que dá o título a esse trabalho, convém abrir o texto com alguns questionamentos que refletem a subjetividade do autor.

Pode-se dizer o passado? Como tornar presente um passado ausente? Presentificar uma falta materializada em forma de vestígios, fragmentos, indícios, rastros, traços ou sinais (comumente nomeados “fontes” ou “documentos históricos”)? Como representar, pela forma de uma narrativa textual (seja em 1º, 2º ou 3º pessoa), *verdades factuais* sobre o passado?

Sem a pretensão de responder as questões acima, o meu interesse nas páginas seguintes é de mantê-las em aberto. E, para isso, ao analisar a fonte principal desse trabalho, utilizei-me do recurso teórico-metodológico dos *jogos de escalas*. Alternando entre perspectivas de macro e microanálise, o que me exigiu o domínio e a aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa. Assim, ofereço ao(a) leitor(a), em suma, um composto de minhas experiências, práticas e resultados de pesquisa.²

Na seção abaixo, explico e justifico minha perspectiva heurística (que antecipa e pré-estabelece as minhas demais escolhas de pesquisa empírica e representação textual).

2 | POR UMA HISTÓRIA REFLEXIVA OU “PÓS-MODERNA”

Pensando na autoreflexividade e na autocrítica da prática profissional da história, pontos de partida da minha investigação, vale dizer: a História com “h” maiúsculo – contemporaneamente mesmo com “h” minúsculo – sempre teve muita dificuldade de se pôr no espelho. A disciplina história sempre teve medo de tratar a autoridade de sua escritura, o seu fetichismo documental, a essencialização de suas metodologias e os seus próprios preconceitos que, por muito tempo, embalaram os seus discursos. E, o limite autoreflexivo desse tipo de historiografia (ainda parcialmente em voga no séc. XXI.), me parece, é deixar a mostra um medo de cair nos “cantos de sereia” de uma história-arquivo, destituída de toda e qualquer reflexão crítica.³

1 . O impulso para realização desta investigação e o seu enquadramento temático é coletivo, e teve origem no projeto de pesquisa Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira – RS), coordenado pelo Prf. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - UNISINOS, no qual atuei como bolsista de iniciação científica entre os anos de 2017 a 2019.

2. Fruto de uma investigação empírica, defendo, em meu discurso historiográfico, uma história, disciplina científica, prática profissional, ancorada na reflexão pessoal, na interrogação documental e na crítica bibliográfica. Ou seja, minha maior atenção recaí, não a reconstituição pormenorizada de uma trajetória ou caso do passado, e sim aos aspectos teórico-metodológicos do presente, que compõem a disciplina história.

3. A História Moderna constituiu-se (do séc. XIX. ao XX.) como uma disciplina científica indutiva/dedutiva, encarregada de legitimar (ou chegar o mais próximo possível de) “verdades” encontradas pela utilização de documentos autênticos, capazes de recuperar “evidências”, “vestígios” ou “testemunhos” do real-passado. Então, envergonhada de expor sua vulnerabilidade (sua relatividade e incompletude), a história moderna se agarrou no “escrito”, no “texto-documento” e no “científico” (valores do progresso), encarregados de realizar a crítica (o tratamento) do documento, legitimando a sua própria (ou formando uma aparência de) grandeza. Como se a História tivesse acesso a “verdades últimas” do passado (inquestionáveis dogmas da disciplina). Nesse movimento, contudo, a crítica, a reflexão, e, em alguns casos, até mesmos a teoria foi deixada de lado pela prática de historiadores(as) profissionais, interessados(as) somente em *suas* fontes e *seus* personagens.

Aqui, talvez, o(a) leitor(a) já possa estar imaginando, confesso: elaborei esse texto como uma provocação historiográfica. E, para isso, o artigo *Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico*, do historiador Durval Muniz (2013), serve-me de primeira investida-elucidação. Nesse texto, atendendo aos pedidos dos(as) colegas historiadores(as) que insistem em dizer que os documentos falam, que os documentos mostram, que os documentos são prova, que os documentos comprovam, Albuquerque (2013) torna-os realmente sujeitos de sua investigação histórica, atitude de Albuquerque que foi na contramão do mais *usual* na historiografia que é se preocupar com *agentes* (ou ausentes) do passado de “carne e osso”.⁴

Albuquerque (2013 p. 26) escreveu que se utilizou dessa estratégia – de tornar os documentos “personagens do texto” – porque:

costuma-se dizer que um personagem histórico é aquele que efetivamente teve existência no passado, esse seria um limite do nosso discurso, só poderíamos falar de personagens reais, de rostos que possamos ter a certeza de que tiveram presença real nos tempos que se foram.

Mas as práticas sociais efetivamente existiram, como provam suas materializações em documentos depositados a nossa frente, então por que não tornar estas materializações, a fonte histórica, um personagem de nossas narrativas? E mais, por que não contar a história de sua produção? De sua (re)produção, quando papéis velhos se tornam materiais de pesquisa ao afetarem pesquisadores(as) de história?⁵

Neste texto, desde a sua construção, quando os calores das primeiras mãos que lhes tatuaram o corpo finalizaram a sua escrita, até os seus usos, quando calores de outras mãos ou outros olhares atentos fitaram suas marcas (seus conteúdos); ou quando se transformou em “documento”, viu-se fazendo parte de um “arquivo”, encontrou-se depositado em uma nova casa (“maços”, “secções”, “caixas”) com seu novo nome (“números”, “referências”) e, muito especialmente quando a sua trajetória se encontrou com a minha, afetando-me e por conta desse afeto revelando-me descontinuidades; o *Livro de Entrada* é o personagem (e a premissa básica) de minha apresentação.

No que se refere à historiografia na qual enquadrei esse trabalho (a história social e cultural da escravidão no Brasil), tornar o Livro de Entrada o agente/suporte/justificativa

4. Assim, no texto de Albuquerque (2013), fragmentos da correspondência trocada por dois poetas portugueses vivem lá no arquivo, acondicionados em seus envelopes, cobertos pelo papel pardo que lhe ameniza as instabilidades climáticas, em algumas ocasiões, quando velhos e aparentemente sem mais beleza, sem nunca mais verem a luz do sol, sem ninguém para deitar-lhes um olhar, sem força para mudar de posição, seus corpos – feitos, muitas vezes de papel e tinta – enchem-se de escaras. Os documentos de arquivo “pensam com seus borrões”: somos rotos, restos, rastros...

5. Essa escolha heurística também segue o movimento descrito por Heymann e Nedel (2018, p. 7/13), em que, na esteira do “pós-modernismo”, novos caminhos teórico-metodológicos surgiram para as ciências humanas que trabalham com/em arquivos. Assim, “historiadores e antropólogos”, embalados pelo “giro reflexivo” que ocorreu em suas disciplinas, “vêm sendo confrontados com os arquivos de uma perspectiva que extrapola a ordem das escolhas e exclusões constitutivas do[s] [seus] trabalho[s] de pesquisa”. (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 8). E, este processo de reencontro reflexivo (pôr-se reflexivamente) com o arquivo, “teve como um de seus efeitos ampliar a compreensão que até então se tinha acerca das fontes documentais, abrindo para elas a possibilidade de adquirirem um estatuto epistemológico novo: o de objeto, e não apenas de ferramenta de pesquisa” (2018, p. 9).

de meu texto, é pensar no que escreveu o historiador norte-americano Walter Johnson (2003), no clássico artigo *on agency*, quando criticou a troca desigual entre o passado e o presente realizada pelos(as) historiadores(as) que constroem suas investigações sob o imperativo de “devolver aos escravizados sua agência”. Pois, muitas vezes, com uma “ideia da história escrita como modo de reparação, de reivindicação de um passado sobre o presente” (JOHNSON, 2003, p. 119), esses(as) historiadores(as) não levam em consideração que, em sua troca, o(a) “legítimo(a) proprietário(a)” da agência (pessoas negras do passado) já não está aqui para recebê-la. Ou seja, o jargão: “devolver aos escravos sua ação”, em uma investigação histórica, atualmente, não pode servir como “um anúncio de boa vontade” (JOHNSON, 2003, p. 120). Afinal, a agência tem história, toda a história tem história.⁶

Pensando na história da história brasileira, inclusive, é notável como a historiografia passou por uma radical mudança no final do séc. XX. e início do séc. XXI. Isto é, com o movimento social da redemocratização política também ocorreu, incentivado pelo retorno de expoentes historiadores(as) do exílio, pela produção intelectual de movimentos sociais e pelo início de novos programas de pós-graduação em história no país; um movimento de profissionalização e especialização na disciplina. Estas alterações “trans-formaram” a forma e o conteúdo do “passado histórico” brasileiro.⁷

Foi nesse contexto que ocorreu a emergência da temática historiográfica das Irmandades Negras (na qual enquadrei este trabalho). Assim, os recentes estudos históricos sobre as “Irmandades Negras” brasileiras, consensualmente, caracterizam-nas como instituições leigas vinculadas à Igreja Católica e ao Estado Imperial luso-brasileiro. De acordo com esses trabalhos, as Irmandades negras do passado brasileiro identificavam-se com algum(a) santo(a) protetor(a) ou devoção afro-católica e mantinham uma estrutura organizacional hierárquica, dividida entre cargos rituais (Reis, Rainhas, Juízas do Ramallete, etc.) e de administração (tesoureiro e escrivão, p. ex.), com diferentes prerrogativas e valores para sua posse. As Irmandades Negras foram criadas e mantidas (desde o século XVI.), majoritariamente, pelas comunidades africanas e afro-americanas escravizadas, livres e libertas, além disso, quando ainda atuantes no universo da escravidão, as associações negras de devoção empenharam-se, fundamentalmente, em prestar socorro mútuo e auxílio espiritual aos seus associados; tornando-se lugares para

6. Bastante utilizado desde o fim do séc. XX. nos estudos históricos do Brasil, a agência contribuiu notavelmente para o movimento de profissionalização – e para onda de investigações empíricas – da disciplina da história. Pensando na história da história da “agência”, é interessante percebermos como a “agência”, um termo que indica ações consequentes exercidas por protagonistas do passado, foi importante na historiografia brasileira do período da redemocratização política do país, momento de efervescência de movimentos sociais e de protagonismo civil na elaboração constituinte. Porém, atualmente, com o recrudescimento democrático – e tudo que esse movimento indica – a “agência”, na história, continua com o mesmo peso do final do séc. XX.?

7. No final do séc. XX, hipóteses e teses, antes autorizadas pela falta de investigações empíricas extensivas e reflexões teóricas acuradas, começaram a ruir no terreno da nova historiografia nacional. Exemplos clássicos da mudança historiográfica brasileira do final do séc. XX. foram as revisões das teses do *antigo sistema colonial* e da *anomia escrava*. Ver: Fragoço; Guedes; Krause (2013) e Chalhoub (2011).

o associativismo negro. Afastando-nos dos consensos historiográficos, porém, existem longos debates sobre o caráter da devoção e das origens dessas associações, para não falar naquele sobre as suas essências de dominação ou de resistência. Alguns(mas) autores(as) caracterizam-nas como exercitando um catolicismo barroco, outros(as) como um catolicismo popular, alguns(mas), ainda utilizam o conceito de afro-catolicismo ou catolicismo crioulo, para dar conta de seu aspecto *religioso*. No que diz respeito às suas origens, ronda um quase-consenso acadêmico de que remontam às guildas germânicas, colégios romanos ou outras associações de cunho socioprofissionais ou religiosas da Europa, porém, há quem desdiga essas origens, apontando para a proximidade entre a organização de alguns grupos (ou comunidades) sócio-étnicos africanos – em maioria pertencentes à região central-atlântica do continente – e a organização das Irmandades Negras da América Lusitana, depois Império do Brasil (território que recebeu a maior quantidade de comunidades centro-atlânticas africanas escravizadas no período da diáspora da escravidão racial moderna).⁸

Apesar das discordâncias, porém, existe um fator comum entre os trabalhos da recente historiografia nacional sobre as “Irmandades Negras”: a valorização da “agência” dos(as) personagens históricos investigados(as), e a conseguinte falta de atenção aos documentos (como um todo) dos quais os(as) historiadores(as) “extraem” suas histórias.⁹

Na seção abaixo, apresento ao(à) leitor(a) o documento que embalou esta investigação. Porém, antes, um adendo: advogar por uma disciplina reflexiva, afeita a práticas de abertura, que rompe com a história única da “agência”, não é dizer que tudo é válido na história; não é dizer que só existem “estórias” sobre o passado. Historiadores e historiadoras, ao contrário, na maior parte das vezes, realizam investigações empíricas, utilizando a imaginação histórica controlada. Isto é, pesquisas ancoradas em documentação (um pouco encontrada, um pouco criada) que pode ser consultada (e re-contextualizada) por outros pesquisadores (pesquisas verificáveis, portanto). E, a documentação histórica, como o *Livro de Entrada* que eu apresento abaixo, serve como a “materialidade de um referente”, porque o documento não é uma “janela para a verdade do que aconteceu no passado”, mas os restos, rastros e traços de uma existência passada que nos auxilia na re-construção narrativa que fazemos dele no presente (SPIEGAL, 2019, p. 12). Ou seja, o empirismo histórico não é neutro, não é imparcial, não é 100% objetivo, não é um modelo científico de dois séculos atrás. O empirismo histórico do séc. XXI. é novo, teórico e

8. Para um balanço da historiografia sobre o tema das “Irmandades Negras”, ver: Oliveira (2013)

9. Como alertou-me a leitura do texto *Os arquivos coloniais e a arte de governança*, escrito pela antropóloga Ann Laura Stoler (2018), o tratamento dispensando aos documentos coloniais, realizado por pesquisadores(as) de arquivos, caracterizou-se até então por uma leitura “a contrapelo”. Ou seja, pesquisadores(as) especializaram-se em desvendar indícios e escrever histórias vista de baixo a partir de arquivos coloniais. “Histórias de resistência que viam capacidade de ação em pequenos gestos de recusa e silêncio entre os colonizados”, escreveu Stoler (2018, p. 219). Para contornar os perigos de uma história única sobre a agência, indicou Stoler (2018, p. 223), ao nos depararmos com o arquivo e com os documentos, “devemos interpretá-los no seu sentido habitual”, analisá-los “detidamente, em vez de ignorar, suas convenções, as práticas que ditam sua ordem tácita, suas categorias de classificação, suas normas de arranjo e referência” (STOLER In HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 223).

autoreflexivo (SPIEGAL, 2019).

3 | DO MANUSCRITO AO DOCUMENTO

As folhas amareladas, um tanto carcomidas pelo tempo, comprovam sua existência antiga. Apresenta-se materialmente como um pequeno artefato – integrante de uma incipiente cultura escrita. Um livro de fácil manuseio, contém 89 folhas (frente e verso) manuscritas.¹⁰ O *Livro de Entrada de irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia da Cachoeira* faz parte do acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Cachoeira, atualmente preservado pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHCS).¹¹

A menção à história da construção documental do *Livro de Entrada* nos é pertinente, pois, com escreve de Certeau (2016, p. 183) “o trabalho [de historiadores e historiadoras] sobre as ‘fontes’ recebe elementos depositados no chão de um presente e já rotulados por uma sociedade como ‘reliquias’”. Ou seja, a trajetória documental do *Livro de Entrada* antecede (e quiçá pré-estabelece) a apropriação historiográfica que eu faço dele. Vejamos, então, como são utilizados outros *Livros de Entrada*, de outras Irmandades Negras pela historiografia nacional.

A historiadora Lucilene Reginaldo (2016, p. 193) escreveu que “os Livros [...] de entrada de irmãos se constituem em documentos raros e preciosos. Mantidos sempre sob a guarda da própria Irmandade, [e que] não se têm notícias de cópias enviadas às autoridades”. O “que explica, em parte, a raridade deste tipo de fonte.” De acordo com Reginaldo (2016), a investigação de Livros de Entrada de Irmandades Negras lhe permitiu adentrar em um “complexo universo de formação de identidades negras” (REGINALDO, 2016, p. 220). Caminho semelhante ao que seguiu a historiadora Leonara Delfino (2015), que investigou alguns Livros de Entrada de irmandades negras mineiras, e, realizando análises quantitativas e qualitativas, interessou-se em re-constituir a “arquitetura complexa de relações sociais” que mantiveram os(as) irmãos(ãs) das irmandades negras que ela investigou (DELFINO, 2015, p. 256). Reginaldo (2016) e Delfino (2015) apresentaram, portanto, em suas análises em Livros de Entradas de Irmãos de Irmandades Negras, resultados seriais (que compuseram porcentagens de preenchimento de lugares sociais étnico-raciais, de gênero, de condição jurídica etc.) e fragmentos de trajetórias de vida (em que os marcadores seriais apareceram interseccionados, e o conflito social tornou-se mais latente). Aproprio-me dessa utilização teórico-metodológica quantitativa e qualitativa

10. Criado primeiramente – como seu título indica – para o gerenciamento administrativo (registrar irmãos) de uma associação negra (“dos pretos”) oitocentista, durante o período de inatividade da associação que o criou, este manuscrito passou a preencher os acervos privados (e de acesso restrito) do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Cachoeira do Sul. No entanto, no final do séc. XX, uma parte deste acervo privado tornou-se documentação pública ao ser recebido pelo Museu Municipal de Cachoeira do Sul, depois realocado no Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul.

11. O Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul Carlos Salzano Vieira da Cunha fica atualmente localizado na Rua Sete de Setembro nº 350, no centro da Cidade de Cachoeira do Sul – RS.

de análise nas seções seguintes.

Porém, antes de passar para os resultados quantitativos e qualitativos (para o meu jogo de escalas com o *Livro de Entrada*), vale dizer: como vimos nesta seção, não são os números de irmãos(ãs), seus nomes, condições jurídicas, sexos, etc. que foram registrados no Livro de Entrada, e se tornaram dados onomásticos e seriais do meu discurso historiográfico que compuseram a primeira finalidade desse documento. É o próprio registro – o próprio ato de registrar, manter-se registrando – que carregou um valor inicial, o que não é plenamente alcançável por nenhum discurso historiográfico. Portanto, esgotar essa fonte é uma ambição ingênua que eu não carrego.

4 | O PASSADO DO LIVRO DE ENTRADA REPRESENTADO COMO UMA CONSTRUÇÃO

Nesta seção apresento os resultados de um estudo – da dimensão diacrônica dos fenômenos registrados no *Livro de Entrada* – em forma quantitativa. A escolha desta escala de observação possibilitou-me “construir o fato histórico em séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis, e desse modo poder medir a evolução por intervalos de tempo dados, geralmente anuais” (FURET In LE GOFF; NORA, 1995, p. 51).¹² De acordo com o historiador Luís Augusto Farinatti (2008), ao propor uma reflexão em torno do tratamento teórico-metodológico da quantificação, historiadores(as) devem manterem-se atentos(as) à produção social das fontes seriais. Isto é, manter plena consciência de que é a investigação histórica que cria a fonte (o dado serial) e não o contrário.¹³

As reflexões acima foram-me pertinentes, pois, ao transcrever o *Livro de Entrada* percebi que o conteúdo inscrito ali era reiterativo (que se repete no tempo “por, no mínimo algumas décadas”) e homogêneo (que possuem “o mesmo tipo de informação”) (FARINATTI, 2008, p. 58). Ou seja, em cada lauda está escrito os nomes de no máximo três pessoas, e, logo abaixo, um texto-padrão, que se repete em todas as páginas, durante as três décadas em que o livro foi escrito. O texto-padrão escrito no manuscrito apresenta, com alguma variação, as seguintes informações: a data e o local de ingresso, o nome do irmão ou irmã, sua condição jurídica, sua ocupação militar ou eclesiástica, se escravo(a) o nome de seu senhor ou senhora, sua cor, o nome do escrivão que o inscreveu, além do

12. De acordo com o historiador francês François Furet (1995), eminente estudioso da história construcionista quantitativa, a História serial ou quantitativa ocasionou uma mudança na compreensão documental dos(as) historiadores(as). Assim, em trabalhos históricos que utilizam métodos e técnicas quantitativas: “O documento, o dado não existem mais por si próprios, mas em relação à série que os precede e os segue: é seu valor relativo que se torna objetivo e não sua relação com uma incompreensível substância ‘real’”. (FURET In LE GOFF; NORA, 1995, p. 53)

13. O recurso teórico-metodológico da quantificação em história seleciona, recorta, deturpa os significados originais das documentações para enquadrá-las em contextos outros – que dizem respeito a problemática de pesquisa. Assim, no uso de inventários post-mortem, por exemplo, é ingênuo afirmar que a estrutura que aparece com a quantificação é totalmente fiel ao contexto histórico analisado, porque somente as populações que tiveram bens para legar produziram esse tipo de documentação, e também porque o inventário é um retrato da vida patrimonial e familiar do defunto, conhecemo-nos somente enquanto morto. Porém, esses problemas não descartam ou desqualificam o recurso a quantificação. “O problema está na naturalização do método, na recusa a reflexão sobre as implicações teóricas do recurso a quantificação, e a ingenuidade quanto a produção social dos documentos” (FARINATTI, 2008, p. 70).

valor do pagamento de entrada e o registros das anuidades pagas, a data de falecimento e o registro de missas pela alma do(a) falecido(a).¹⁴ A partir destas informações eu pude criar tabelas e quadros, séries de dados que permitiram verificar, pensando nos escritos do livro, a “variação no tempo e indagar sobre as razões dessa variação” (FARINATTI, 2008, p. 58).¹⁵

Foram 188 irmãos(ãs) registradas no Livro de Entrada. Entre comunidades negras, brancas, pardas, mulheres, homens, crianças, idosos etc. Interessou-me refletir sobre a diferença (as desigualdades) e os usos que elas fizeram daquela associação.¹⁶ As condições jurídicas escritas em todo manuscrito foram duas: escravo(a) (92 pessoas) ou ex-escravo(a) (14). No que se refere aos homens e mulheres “sem registro” da condição jurídica (82): em uma sociedade hierarquizada, que naturalizada as diferenças, não é de se estranhar que os(as) livres brancos(as) não tivessem sua condição jurídica registrada. Porém, no início do séc. XIX, na América Lusitana (depois Império do Brasil) estava em vigência uma concepção corporativa de sociedade – moldada pela disciplina do catolicismo romano – em que as hierarquias sociais costumeiras adquiriam feições específicas em cada rés-pública (municipalidades mais ou menos autônomas) daquele espaço (FRAGOSO, 2013). Portanto, entre os homens e mulheres sem o registro da condição jurídica no Livro de Entrada, possivelmente se encontraram pessoas negras, cujo prestígio sócio comunitário invisibilizou o seu pertencimento étnico-racial.

48% dos lugares na Irmandade foram preenchidos, de acordo com os registros do Livro de Entrada (1812-46), por homens (55%) e mulheres (45%) em situação de escravidão. 7,4% por homens (30%) e mulheres (70%) recém-saídas dela. E, 43% dos lugares na Irmandade foram preenchidos por homens (40%) e mulheres (60%) que não tiveram sua condição jurídica registrada no Livro de Entrada. Evidências de que se tratava de uma associação negra, com mais da metade de irmãos e irmãs escravos(as) ou libertos(as).

14. Exemplo: “Thereza escrava de Jacinto Lopes Falcão. Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e vinte e oito, nesta Matriz da Vila de São João da Cachoeira, apareceu presente Thereza escrava de Jacinto Lopes Falcão, com licença de seu senhor e por ela me foi dito que, pela devoção que tem com Nossa Senhora do Rosário, queria ser irmã e servir a mesma senhora nesta irmandade e para constar faço este que assignou o senhor perante a mim Joaquim dos Santos Xavier Marmello, Escrivão que os escrevi.[a] Jacinto Lopes Falcão Pagou de entrada 640 ; Pg. até 1829 Pg.1845 ; Pg.1842. Faleceu a 25 de Julho de 1844. Foram ditas as missas.” (AHCS, Livro de Entrada – Irmandade de N. Sra. do Rosário, f. 44).

15. Organizei o banco de dados pelas seguintes categorias: a) mês de ingresso do(a) irmão(ã) b) ano de ingresso c) local de ingresso d) nome do(a) irmão(ã) e) sexo f) condição jurídica g) estado civil h) parentesco i) cor j) ocupação eclesiástica k) ocupação militar l) dona m) nome do(a) senhor(a) se escravo(a) n) sexo senhor(a) o) ocupação eclesiástica senhor p) ocupação militar senhor q) dona r) escrivão s) valor pagamento de entrada t) total de anuidades pagas u) cargos ocupados v) mezada w) data de falecimento x) missas de falecimento y) assinatura z) outros registros.

16. Foi comum nas Irmandades Negras a presença de indivíduos brancos, principalmente nos cargos que exigiam maior pagamento de joias (valor necessário para assumir o cargo anual), e, também, o letramento (escrivães). (REGINALDO, 2016; DELFINO, 2015). Assim, pensamos que dentro de uma mesma associação (irmandade) existiam usos diferenciados dependendo das auto percepções sociais e raciais de cada associado (irmão). A devoção os unia na oração a um mesmo santo, mas os irmãos negros ali presentes (e que ocupavam majoritariamente os cargos de direção) agregavam objetivos, digamos, políticos, ao procurar ali o fortalecimento de seu coletivo não-branco, o conforto psicológico frente a uma sociedade racialmente excludente, o compartilhamento de habilidades organizativas, a ostensiva visibilidade de seu afro-catolicismo, que se dava, por exemplo, na eleição de reis e rainhas.

Mulheres e homens foram registrados como irmãos. Porém, as mulheres compuseram a maioria dos registros: 53% de todos os nomes do Livro de Entrada.¹⁷ Tratando-se dos membros das comunidades escravizadas (que, no Brasil, comumente foram formadas por certo desequilíbrio de sexo, com maioria de homens) que foram registrados no Livro de Entrada, com quase metade de ingresso de mulheres, a Irmandade Negra de Cachoeira pode ter sido um espaço histórico privilegiado de atuação (devocional, social e política) de mulheres negras em situação de escravidão. Quanto às comunidades forras e libertas, as mulheres negras acumularam quase o dobro de registros do que os homens no Livro de Entrada. E, tratando-se das comunidades que não tiveram sua condição jurídica registrada, as mulheres, novamente, compuseram grande maioria em relação aos homens.¹⁸

No que se refere aos cargos assumidos pela condição jurídica dos(as) irmãos, percebemos um equilíbrio de cargos por sexo. Das 53 pessoas registradas no Livro de Entrada assumindo cargos: 25 mulheres e 28 homens. Além disto, é notório como foram as comunidades negras (escravas: 31 e forras: 6) que assumiram a maior parcela de cargos na associação (somente 16 pessoas “sem registro”, provavelmente brancas). Evidências de que a Irmandade não foi somente mantida, mas também gerida por homens e mulheres negras.¹⁹

No que diz respeito ao investimento material na associação, por fim, para os(as) irmãos(ãs) do Rosário de Cachoeira, realizar o pagamento dos anuais, das “jóias” (pagamento pela posse de cargos) e demais despesas da associação, dizia respeito a mais um elemento do que hoje chamamos desta complexa realidade social relacional do Antigo Regime (atlântico) católico Luso-brasileiro (FRAGOSO, 2013, p. 33).²⁰ Ao analisarmos as 17. É certo, porém, que, ao escrever “mulheres” não me refiro a uma categoria universal. As mulheres com a condição jurídica “sem registro” (brancas, em maioria), por exemplo, em comparação com as mulheres escravizadas detinham maior margem de atuação (mesmo que, em tese, mais fiscalizadas pela sociedade). No livro manuscrito, por exemplo, a qualidade de “Dona” (10 vezes registrada) serviu como um instrumento de distinção social. Tratando-se da categoria de “homem”, porque o gênero não remete somente ao sexo feminino, as distinções sociais conferidas aos homens só foram registradas no manuscrito seguidas do nome dos senhores de escravos. O que pode ser um indício do atrelamento das qualidades sócio profissionais, com o status de senhor de escravos (traço de algum modelo de masculinidade patriarcal?). Foram registrados 5 alferres, 5 capitães, 1 tenente, 1 sargento mor, além de 2 padres.

18. a maior presença de mulheres em irmandades negras é um padrão que se repete na maioria das associações que já foram investigadas pela historiografia nacional. De acordo com Andrews (2018, p. 98), “no Brasil, as irmandades religiosas católicas negras diferiam das confrarias brancas pela amplitude dos direitos das mulheres. Enquanto as mulheres brancas se juntaram às irmandades como dependentes de membros do sexo masculino e não possuíam poder de votação, as negras aderiram às irmandades como membros pagantes capazes de “arcar com esmolas elevadas na mesma proporção dos homens nos cargos correspondentes”.

19. Pensando nos nomes dos cargos registrados no Livro de Entrada, de acordo com a historiografia a respeito das Irmandades Negras, os cargos de Juiz e Juíza eram os de maior importância nessas associações – normalmente assumidos por pessoas brancas (REGINALDO, 2016; DELFINO, 2015). Porém, é interessante o fato de que estes cargos foram assumidos por indivíduos negros na Irmandade de Cachoeira (1812 – 1846). O que pode ser um indício da alta presença de famílias negras livres, escravas e libertas e uma rede de sociabilidade étnico-racial consolidada na Vila de Cachoeira (é importante mencionar que, entre as funções das Irmandades Negras, estava a de assistir as vidas e as mortes de seus(uas) associados(as), ativando recursos assistências de “mezadas”, p. ex., durante os infortúnios na vida de seus membros ativos – pagantes de anual, ao que tudo indica). O manuscrito também menciona os cargos de juizados do Ramalhete e da Vara, de mordomas, Reis e Rainhas, Irmãos de mesa, mesa do Ramo, Tesoureiro e Escrivão.

20. cabe enquadrá-lo no que foi a oikonomia antiga greco-romana. Ou seja, não existiu (no Brasil do início do séc. XIX.) uma esfera propriamente do econômico, e sim uma esfera que dizia respeito a organização familiar, as hierarquias proto-raciais, aos períodos de trabalho, as missas católicas etc. Portanto, naquele tempo pré-industrial, como escreveu o historiador E.

diferenças na recorrência de pagamentos de anuais (valor fixo pago para manter-se ativo na associação), p. ex., percebemos como as comunidades negras (escravizadas e forras) participaram ativamente da manutenção econômica desta associação.

Nesta seção foi possível conhecer uma parte da estrutura organizacional da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Cachoeira durante o séc. XIX. Na seção abaixo adicionaremos vida a esta estrutura, e *conheceremos* Joana de Amorim.

510 PASSADO DO LIVRO DE ENTRADA REPRESENTADO COMO UMA RECONSTITUIÇÃO

De acordo com a historiadora Simona Cerutti (1998, p. 233), na historiografia geral do séc. XX, “através das ‘leis numéricas’ constituí[-se] [um]a ambição de elaborar uma disciplina enfim ‘científica’”. Porém, essa ambição logo caiu por terra quando se percebeu que a quantificação não tinha nada de “neutra” ou “imparcial”. O problema, de acordo com Cerutti (1998), é que a quantificação tem o poder de “congelar” atores ou/e processos históricos em categorias “de interesse” (os escravizados, as mulheres, o capitalismo etc.), que não correspondem (na maioria das vezes) à realidade que as pessoas experimentaram no passado que o(a) historiador(a) estuda.

Porém, sabe-se bem que, na historiografia destes “últimos anos, um retorno às fontes, uma atenção renovada para a linguagem dos documentos e as categorias dos atores sociais. [proporcionou] [o] confronto entre modos de descrição internos ou externos às lógicas do passado” (CERUTTI In BOUTIER; JULIA, 1998, p. 237/238). Ou seja, tornou-se prática historiográfica corrente (no Brasil, na historiografia social e cultural da escravidão) prestar atenção nos “indivíduos”, recompondo os seus percursos sociais “e tentando reconstituir lhes as escolhas [...] [suas] *experiência[s]* [...] e, por conseguinte, [...] o modo de formação de sua identidade” social. (CERRUTI In BOUTIER; JULIA, 1998, p. 240) A máxima é a de que, assim “pode-se ver o indivíduo como um ser racional e social que pretende atingir um certo número de objetivos” (CERUTTI In BOUTIER; JULIA, 1998, p. 240).

Para reconstituir a trajetória e a agência de personagens históricos, portanto, o caminho metodológico a ser seguido é o da busca onomástica.²¹ Abaixo, um breve exemplo de tal exercício.

P. Thompson (2001, p. 235), a “economia” só pode ser entendida no contexto de uma sociedade em que “a ‘vida pública’ emerge de dentro das densas determinações da vida ‘doméstica’.”

21. Importante salientar que, tratando-se de homens e mulheres em situação de escravidão, a busca nominal enfrenta os obstáculos impostos pelos homônimos, já que poucos(as) escravizados(as) foram registrados com sobrenomes na documentação colonial e imperial (MOREIRA; MATHEUS, 2012).

6 | JOANA DE AMORIM, UMA VIDA EM FRAGMENTOS

Não tenho nenhuma certeza sobre o passado de Joana de Amorim. Até mesmo o nome pelo qual a chamo é um equívoco. Joana nasceu provavelmente dentre os anos de 1760-1770, no Reino do Congo ou em territórios sob a jurisdição deste (provavelmente em Rebolo), na África Central Atlântica. Na tenra idade Joana recebeu de seus pais um nome *africano* que eu nunca conhecerei. Seus primeiros anos de vida, a forma como ela descobriu o mundo e passou a percebê-lo, escapam da minha análise histórica.

A primeira vez que encontrei o nome de Joana foi na folha 26 do manuscrito do Livro de Entrada. Neste documento está escrito que Joanna de Amorim, no natal (25 de dezembro) de 1815, se iniciou como irmã do Rosário de Cachoeira. Naquela ocasião, Joana foi registrada pelo escrivão Joaquim dos Santos Xavier Marmello como “Preta Forra”. Na lauda de sua entrada ainda foram registrados os pagamentos das anuidades dos anos de 1816, 1817 e 1822, e ainda a pendência nas anuidades de 1818, 1819, 1820 e 1821. E, ao final da lauda, registrou-se que Joana foi Rainha da irmandade (sem o ano declarado), e que ela faleceu no dia 4 de abril de 1824.

Encontrei o nome de Joana de Amorim pela segunda vez ao procurar-lhe no balcão virtual do APERS – RS. Acessei sua carta de alforria, passada em 26 de janeiro de 1813 (dois anos antes de seu ingresso na irmandade), onde Joana foi descrita como uma mulher africana de “nação Rebolo”, com 40 anos (“mais ou menos”).²² Naquela ocasião, em estado complicado de saúde (“padecendo de moléstia”), Joana conquistou sua liberdade, mediante o pagamento de 45\$ mil réis (uma pequena fortuna para época), entregues ao senhor Francisco de Amorim, que havia abonado a metade da quantia pertencente a sua finada esposa Isabel Correia de Prado.²³

Joana assumiu o sobrenome “de Amorim”, podemos imaginar, porque em uma sociedade calcada em desigualdades e preconceitos, o nome senhorial poderia trazer-lhe certo prestígio. Ou talvez, pelos vínculos estreitos que ela manteve com a família senhorial

22. segue a transcrição integral do manuscrito da carta de liberdade de Joana de Amorim, custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (disponível para download no balcão virtual do site da instituição): “Registro de uma Carta de Liberdade passada por Francisco Antônio de Amorim a sua escrava Joana, como abaixo se declara. Digo eu, Francisco Antônio de Amorim, que é verdade que entre os mais escravos que possuo, sou senhor e possuidor de uma escrava por nome Joana, de idade de quarenta anos, de nação Rebolo, a qual pelos bons serviços que dela tenho recebido, e por ela padecer de moléstia, e recebi ao fazer desta quarenta e cinco mil réis em moeda corrente, da mão da dita escrava, que é a metade do que foi avaliada por falecimento de minha mulher Isabel Correia do Prado, e a outra metade a dita falecida lhe perdoou e deixou declarado no seu testamento, e este dinheiro que recebi desta escrava é para a sua liberdade e pelo amor de Deus e de minha última vontade da data desta, desde o dia de hoje, para sempre, fica forra e liberta, que nenhuma pessoa poderá jamais contender com ela, nem meus herdeiros, e nem testamentários, de hoje por diante dou por forra e liberta e assim peço e rogo as Justiças de Sua Majestade que a este falam dar a sua devida força e vigor e por firmeza de tudo pedi a Joaquim Pereira este por mim fizesse e como testemunha que assinasse e eu me assino com o meu final costumeado que é uma cruz. Freguesia da Cachoeira 26 de janeiro de 1813. [...]” Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – cartas de liberdade. In: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=aap> Acessado em janeiro de 2020.

23. A escravidão conformava-se como uma relação social, antes de um sistema estrutural. Assim, a alforria passada pelos(as) senhores(as) provavelmente era compreendida por eles(as) como uma “concessão”, mas as comunidades escravizadas, “no entanto, traduziam o paternalismo numa doutrina diferente da imaginada pelos senhores, ‘concessões’ senhoriais transformavam-se em conquistas obtidas arduamente que deviam ser mantidas como ‘direitos’” (LARA, 1995, p. 47)

(o que fez com que sua senhora falecida lhe abonasse metade do valor de sua liberdade), que possivelmente não se deram por encerrados após sua alforria. É interessante pensarmos a conquista paga da liberdade de Joana, como um esforço coletivo que pode revelar outras redes de sociabilidades firmadas durante a sua vida, antes mesmo do seu ingresso na Irmandade. Será que Joana trabalhou como quitandeira, como ama de leite ou, talvez, ela teria sido uma parteira? E isto explicaria suas possibilidades materiais e o seu posterior Reinado na Irmandade?

Quando Joana foi Rainha, na década de 20 do séc. XIX, com aproximadamente 50 anos, com a saúde provavelmente bastante debilitada, reinou na recém-instituída Vila Nova de São João da Cachoeira. Na festa de coroação podemos imaginar Joana de Amorim, mulher negra, que vivenciou os universos da escravidão e da liberdade, nas procissões, nas comilanças, nos batuques, nas danças, na homenagem. Uma mulher de “carne e osso” e uma “personagem simbólica”.

A trajetória de Joanna de Amorim é apenas uma de 188 possíveis histórias de irmãos(ãs) do Rosário de Cachoeira que foram registradas no Livro que eu investiguei. Reconstituí-las é tarefa que eu deixo para outra ocasião. Neste texto, cabe apenas perceber como, na história de Joana de Amorim, todas as séries, todos os gráficos, toda a teoria, toda a metodologia, aparece ofuscada pela vida real. Na vida de Joana, todos os processos que eu analisei tornavam-se indistinguíveis. Difíceis de se apreender. Porém, tanto uma vida marcada por acontecimento quanto um contexto marcado por estruturas, assim, sem uma sensibilidade, sem um jogo de cintura (ou de escalas), parece-me fazer com que a história (disciplina já bastante antiga) pareça ainda mais arcaica.

7 | CONCLUSÃO

As escolhas que fiz neste texto foram as de percorrer caminhos pouco usuais. Tentei explorar a complexidade do manuscrito *Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos da Cachoeira*, e, assim, espero ter convencido o(a) leitora(a) de sua importância enquanto fonte histórica. Porém, como já escrevi, não tive nenhuma pretensão de esgotar esta fonte. Preocupe-me mais em elaborar questões do que encontrar respostas. Assim, as análises que eu realizei podem contribuir para historiografia, densificando o entendimento geral que se tem sobre as associações negras do séc. XIX e, em particular, sobre os seus Livros de Entrada.

Demorar-se no tratamento e nas análises de história, advogar por uma disciplina aberta, reflexiva e crítica, é, por fim, manter-se aberto para as possibilidades de atribuição de sentido, mas também preocupar-se com a particularidade do sentido original: sua complexidade e nossa incapacidade de plena (ou total) apreensão do passado. Que sejam múltiplos os passados e as histórias do presente, então.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimanda. **O Perigo da História Única**. Comunicação oral no TED – Ideas Worth Spreading, 2009. Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acessado em janeiro de 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e Rotos, Restos, Rastros e Rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura** (UFU). v. 26, p. 07-31, 2013.
- ANDREWS, Georg Reid; LA FUENTE, Alejandro de. (orgs.) **Estudos Afro-Latino Americanos** Uma introdução. Buenos Aires: CLASCO, 2018.
- BOUTIER, Jean.; JULIA, Dominick. (Orgs.). **Passados recompostos**. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DELFINO, Leonara Lacerda. **“O rosário dos irmãos escravos e libertos”**: fronteiras, identidades e representações do viver e morrer na diáspora atlântica. Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850).” Tese (doutorado de história) – UFJS, São João Del-Rei, 2015.
- FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e microanálise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.
- FRAGOSO, João Luís; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna**. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- JOHNSON, Walter. On Agency. **Journal of Social History**. v.37, n.1, 2003.
- LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, 1995.
- MOREIRA, Paulo; MATHEUS, Marcelo. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (alegrete, século XIX). **Revista de Pesquisa Histórica**. Pernambuco, v.28.2 [online], 2010.
- MUNSLOW, Alun (ed.) **Authoring the past: writing and rethinking history**. New York: Routledge, 2013.
- NEDEL, Leticia; HEYMANN, Luciana Quillet (orgs.) **Pensar os arquivos: uma antologia**. São Paulo: Editora FGV, 2018.
- NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. (orgs.) **Fazer a história: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado. As Irmandades dos homens de cor na América Portuguesa: à guisa de um balanço historiográfico. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**. Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 1-14, 2013.
- REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro: o livro de irmãos do Rosário das Portas do Carmo (1719-1826). In SOUZA, Evergton Sales; MARGUES, Guilda; Silva, Hugo. (orgs.) **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, p. 191-225, 2016.

SPIEGEL, Gabrielle. The Limits of Empiricism: The Utility of Theory in Historical Thought and Writing. *The Medieval History Journal*, v.22, n.1, p. 1-22, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 103, 146, 163, 201

Afrocentricidade 87

Aldeamentos 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32

Analogia sabática 33, 34, 35

C

Campo religioso 57, 58

Candomblé 58, 65, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 97

Caudilhos 113, 120

Colonialidade 21, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85

Cristo 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 62

D

Decolonialidade 70, 72, 73, 79, 84

Discursos políticos 124

Diversidade 30, 49, 57, 77, 79, 82, 83, 96, 97, 146, 151, 153, 155, 161, 178, 198

E

Educação 1, 14, 20, 33, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 77, 78, 84, 87, 95, 97, 164, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 187, 188, 189, 201

Educação Histórica 45, 49, 174, 175, 176, 178, 181, 187, 188

Ensino de História 45, 56, 188, 189, 198

Ensino religioso 45, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55

Eric Hobsbawm 136, 137

Escravidão 22, 23, 24, 28, 29, 30

F

Força 22, 28, 29, 46, 50, 54, 57, 59, 77, 90, 102, 110, 125, 141, 180, 184, 187

Fronteiras 78, 79, 83, 112, 113, 115, 122, 131, 133, 134, 188, 195

G

Governo 17, 18, 26, 58, 59, 124, 125, 126, 130, 131, 180, 183, 184, 185

Guerra 2, 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 47, 48, 59, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 131, 133, 134, 150, 156

H

História da América Latina 13

História do Tempo Presente 13, 79

I

Identidade 14, 15, 16, 19, 20, 22, 30, 31, 50, 52, 76, 80, 91, 93, 109, 113, 115, 122, 138, 143, 144, 165, 168, 192, 195, 199

Ideologia 48, 50, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Indígena 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 96, 165, 166, 171

Irmandades 63, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 112

J

Jogos de Escalas 98, 101

M

Machado de Assis 57, 58, 67

Movimentos Sociais 13, 21, 73, 103

N

Nação 16, 19, 35, 89, 110, 122, 128, 129, 136, 138, 142, 143, 151, 196, 199

Nacionalismos 136, 142

Negras 65, 72, 87, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

P

Província 113, 114, 118

R

Religiosidades 53, 57, 67, 86, 90

Republicanos liberais 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 135

S

Sábado 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 148

T

Território 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 91, 104, 119, 125, 167, 193

Tradição inventada 136, 137, 142

Transgeracionalidade 87, 92

Z

Zapatismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0